



## Saúde e Adoecimento: Questões sobre o Trabalhador da Educação

*Joelson Rodrigues Miguel<sup>1</sup>; Daniel González González<sup>2</sup>; José Valvernages de Farias<sup>3</sup>*

**Resumo:** A saúde do professor e a relação que este estabelece com a instituição educativa onde atua ainda um tema complexo. Soma-se nesta relação um quadro que vai muito além do aspecto físico do adoecer. Este artigo discute as muitas questões envolvidas, que não são somente de ordem física ou psíquica. Há também questões sociais que interferem na saúde do docente, que não podem ser interpretadas fora de um contexto que é ao mesmo tempo histórico, político e sociocultural, que de alguma maneira interferem na dinâmica do trabalho exercido. Os resultados nos levam a crer que políticas públicas mais adequadas e sintonizadas com aspectos da realidade do educador, possam minimizar algumas distorções quando este trabalhador não se encontra mais capaz de exercer plenamente seu ofício.

**Palavras-chave:** Saúde do professor. Educação. Adoecer.

## Health and Illness: Questions about the Education Worker

**Abstract:** The health of the teacher and the relation that establishes with the educational institution where they work still operates a complex theme. In this relationship is added a picture that goes far beyond the physical aspect of getting sick. This article discusses the many issues involved, which are not just physical or psychic in nature. There are also social issues that interfere in the health of the teacher, which can not be interpreted outside a context that is at the same time historical, political and sociocultural, that somehow interfere in the dynamics of the work exerted. The results lead us to believe that public policies that are more adequate and in tune with aspects of the educator's reality can minimize some distortions when this worker is no longer able to fully exercise his or her craft.

**Keywords:** Teacher health. Education. Illness

### Introdução

Historicamente, a categoria de educadores tem enfrentado muitos obstáculos para exercer sua função e ser respeitada e assegurada a sua dignidade. Constantemente, travam-se lutas pelas condições de melhorias de vida e de trabalho.

<sup>1</sup> Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Asunción, Paraguai. Pós Doutorado pela Florida Christian University. Orlando – FL. joelsonrmiguel@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doctorado en Educación pela Universidad de Granada. Atualmente é Profesor Titular de Universidad da Universidad de Granada. Universidad Autónoma de Asunción e Universidad de Jaén (Espanha).

<sup>3</sup> Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil. Mestrado em Educação pela Florida Christian University. Orlando – FL. revlav.ce@hotmail.com;

Ao mesmo tempo em que algumas conquistas têm sido efetivadas, retrocessos também têm marcado as agendas dos educadores.

Segundo Rodrigues (2009), não obstante a essas lutas que o acompanham em sua trajetória de sala de aula, assiste-se na atualidade, outro desafio que muitos vêm enfrentando: o da readaptação funcional e a representação que a psicodinâmica do mal-estar suscita, resultante das implicações saúde/doença nas atividades pedagógicas.

Podemos entender que a formação e a experiência adquiridas pelo professor ao longo de sua carreira determinam sua identidade profissional. Esta é construída por meio da relação que o professor estabelece no desempenho de sua profissão e da convivência com seus pares, no grupo social, recebendo influências e sendo influenciada em seu ambiente de trabalho, a escola. (PEZZUOL, 2008 p.64).

A instituição escola, enquanto *lócus* onde se efetiva a educação formal, caracterizada pela fragmentação, não apenas dos processos de aprendizagem, mas também do seu espaço físico, das classes sociais e categorias funcionais, além de tantas outras, tem-se justificado ao longo da sua existência pela necessidade de atender aos mais diversos e diferenciados interesses (MEDEIROS, 2010).

Essa fragmentação se reflete de modo intenso sem que mesmo seus atores possam ter consciência abrangente acerca desses aspectos e interesses, o que os impede de perceber a escola enquanto um organismo sistêmico.

## **A Escola enquanto um sistema**

Entender a escola de forma sistêmica ou como um sistema, conforme define Moraes (2004), é entendê-la além de suas partes constituintes, de ações e interações evidentes e intrínsecas entre as unidades complexas, principalmente quando afirma que um organismo não é apenas constituído por um conjunto de células, mas essencialmente das relações entre as pessoas que caracterizam o sistema na sua integralidade.

Para estabelecer um conceito de sistema, partindo da noção de que os objetos devem dar lugar aos sistemas, Morin (1997) afirma que:

A forma deixa de ser uma ideia de essência para tornar uma ideia de existência e de organização. Igualmente a matéria deixa de ser uma ideia substancial, uma ontologia opaca e plena encerrada na forma... precisamos de um conceito sistêmico que exprima simultaneamente unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. (MORIN,1997, p. 119).

Entende-se, portanto, a partir da visão de Morin (1997) que qualquer sistema, biológico ou social, pode ser caracterizado pelo conjunto das interações, das relações estabelecidas em seu espaço. Depreende-se daí que toda e qualquer atividade desenvolvida no âmbito da escola deve ser compreendida em abrangência e complexidade.

Retomando o pensamento de Moraes (1997) que também se fundamenta nas proposições de Morin (1997), ao tratar da crise dos paradigmas, e, entre eles, o instalado no sistema educacional brasileiro, ambos apontam que a base da crise da educação no Brasil pode ser o caminho para apresentar parâmetros referentes à formulação de um novo paradigma educacional, o qual deve romper como o paradigma tradicional da educação, tendo em vista que este modelo é baseado na compartimentalização, fragmentação e desarticulação das ações e *práxis* educativas.

A necessidade de uma visão sistêmica e complexa da realidade educativa é apontada por Moraes (1997, p. 85) que coloca como uma saída viável é “o reconhecimento da interconectividade dos problemas que não podem ser compreendidos isoladamente”.

Essa percepção elucida a compreensão de que o processo de readaptação funcional do professor, que se efetiva no bojo de tais componentes, sejam eles relacionais ou físicos deverá ser tratado enquanto parte de um processo integrante e, na perspectiva desse novo paradigma apresentado, considerando seus diferentes aspectos de modo interconectivo.

### **A profissão docente: implicações da satisfação e insatisfação laboral**

Os problemas que afligem a profissão docente não são algo novo, nem original; acham-se ligados à própria origem, ao desenvolvimento histórico, à valorização social dessa profissão, desgastada em função das insatisfações dos docentes, de seus alunos e da improdutividade perante modificações tão rápidas no conhecimento. Muito se tem pesquisado e escrito sobre as causas econômicas, políticas e sociais maiores, mas pouco é apontado sobre a pessoa do docente, suas inquietações, interesses, valores.

Uma importante referência do mal-estar docente como consequência da relação trabalho e saúde do professor foi encontrada em Esteve (1999), quando ressalta que o termo “mal-estar” docente vem sendo utilizado desde 1957, ressaltando que esta expressão tem sido usada para designar “os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que exerce a docência [...]”. (ESTEVE, 1999, p.25). O autor ainda complementa a integração de fatores nas esferas sociais e psicológicas, que o trabalho docente comporta, produz “um ciclo degenerativo da eficácia docente”. (ESTEVE, 1999, p.25).

Contudo, quando não acontece o atendimento à demanda das necessidades, tanto fisiológicas como psicossociais na dinâmica homem/trabalho pode implicar em algum tipo de patologia aqui focado como mal-estar docente.

Destas acepções, pode-se compreender que a dinâmica escolar implica num desencadeamento de doenças, pois a relação trabalho-saúde não é neutra e pode contribuir para adoecimento dos professores. Disso decorre o aparecimento de sintomas que vai depender da estrutura de personalidade, adquirida muito antes da relação homem/trabalho. Porém, não se sabe em que momento o indivíduo pode descompensar. A despeito disso, Dejours (1992) coloca três componentes importantes que interferem na relação, homem/organização, a saber: a frustração-agressividade reativa, a organização do trabalho e um defeito crônico, onde o sujeito não encontra uma saída mantida pela organização do trabalho, isto é, o sujeito não consegue desvencilhar da situação problema na qual se encontra na organização, esta relação tem probabilidade de descompensações psiconeuróticas, como: surtos, estresse, depressão entre outros.

É por meio da educação e seus processos assim compreendidos que permite situar a readaptação funcional como um processo de transformação de energias de atuação desse profissional readaptado, sendo direcionado para outros espaços de atuação docente sem nenhuma discriminação ou exclusão. Reis (2014) contribui com esse raciocínio ao afirmar que:

O desdobramento que o trabalho docente vem sofrendo nos últimos trinta anos torna-se preocupante, em virtude dos processos de adoecimento que estão se evidenciando no cotidiano escolar. Decerto, não se tem como negar que o trabalhador que hoje se encontra em sala de aula não é o mesmo do passado, nem a escola, nem a sociedade. Então serão necessárias novas reflexões que deem conta das questões relacionadas à tríade trabalho, saúde e adoecimento, no campo da educação. (REIS, 2014, p. 17).

A relação saúde e trabalho não se limitam apenas ao adoecimento, aos acidentes e ao sofrimento psíquico e físico, mas a condição de saúde dos professores que é construída nas relações do trabalho, ou seja, quando o professor consegue atingir às metas impostas pela hierarquia, sem levar em conta as condições laborais adequadas para responder as demandas complexas e quando não planejadas podem desencadear sintomas e patologias.

Retomando as posições de Dejours (1992), compreendemos que uma das fontes de agentes ameaçadores à saúde são a própria organização do trabalho, o conjunto de atividades, a responsabilidade e as relações de autoridade no contexto laboral. Para os trabalhadores educacionais, a construção da saúde e bem-estar situa-se em dar conta, ou não, das reais adaptações do ser humano, em estabelecer um mecanismo para lutar contra o sofrimento, as diferenças e doenças no âmbito e relação do trabalho. Ou seja, ele é um ser em constante aprendizagem e marcado pelas experiências vividas, o qual vai ajustando suas tarefas a diversas situações dentro de certos parâmetros, integradas as estruturas de funcionamento biológico, psicológico e social.

É necessário considerar que há uma complexa relação entre saúde e doença, principalmente no campo do trabalho, pois a mesma não se configura em uma equação simples, de causa e efeito, mas de múltiplas determinações que colocam em jogo mecanismos de reação e defesa. O adoecer pode ser entendido como uma resposta do organismo que se encontra afetado ou debilitado, e podem ter como causas, tanto agentes internos (biológico, psicológico), e externos (alimentação inadequada, saneamento deficiente, acidentes, relações conflituosas). (DEJOURS, 1992).

Essas afirmações de Dejours (1992) contribuem para um entendimento de que o início do sofrimento mental ocorre quando a relação homem/organização do trabalho torna-se bloqueada. Pode-se relacionar esta organização com a instituição escolar que oferece vários meios para frustração do professor, sendo assim, aquele profissional que não apresentar uma relativa capacidade de resistência, pode oferecer certo grau de intensidade desse sofrimento.

Nesta relação homem/organização/trabalho se pode transcrever analogicamente, a relação docente/escola/trabalho constitui uma forma de angústia e insatisfação perante a concretização do trabalho. O professor/trabalhador elabora estratégias defensivas, não sendo identificadas num primeiro momento, ficando disfarçadas ou ocultas, revelando-se através de

uma capa própria para cada profissão, constituindo uma sintomatologia de cada profissão; (ESTEVE, 1999).

Na investigação de Esteve (1999), ao classificar possíveis aspectos que desencadeiam o mal-estar do professor, incluem-se dois fatores indicadores dessas manifestações, como sendo fatores contextuais e principais. Os contextuais são considerados de primeira ordem, porque interferem na ação direta do professor em sala de aula, enquanto os fatores de segunda ordem estão relacionados ao contexto em que se exerce o magistério, tendo uma ação indireta sobre o desempenho do professor. Esses dois fatores integrados implicam na motivação, crise existencial e depreciação do ego. Os fatores principais podem ocasionar uma tensão e um sentimento de negatividade do professor no seu trabalho cotidiano.

Desse fator principal, pode-se citar a falta de recursos gerais como material didático e num segundo nível, a preocupação com situações referentes à conservação de estrutura física do prédio escolar, escassez de móveis e locais não adequados para o exercício da docência. No prolongamento desta situação, a tendência dos professores é aceitar este quadro e perder as esperanças de melhorias. Com isso, o sentimento de desesperança acumula-se mediante as cobranças de novas metodologias de ensino, onde pode ocorrer a cristalização dos sintomas. (ESTEVE, 1999).

Além dos fatores mencionados, acrescenta-se a estes, outros ligados ao comprometimento da saúde docente. Quando se aborda a condição de trabalho é necessário conhecer primeiramente o ambiente físico, químico, biológico, as condições de higiene e de segurança; nesses itens pode-se relacionar o exercício do trabalho docente que está propício a desencadear doenças respiratórias pela inalação do giz, a falta de ventilação na sala de aula, exposição ao contato com vírus, bactérias, entre outros. É necessário considerar que há uma complexa relação entre saúde e doença, principalmente no campo do trabalho, pois a mesma não se apresenta em uma equação simples de causa e efeito, mas de múltiplas determinações que colocam em jogo mecanismos de reação e defesa. (DEJOURS, 1992).

## **O adoecimento como caminho**

De acordo com esse autor, dados sobre a saúde dos trabalhadores indicam um aumento significativo de doenças relacionadas ao trabalho e que, podem estar relacionadas às novas

formas de organização e gestão do trabalho, as quais vêm trazendo consequências psicopatológicas à vida das pessoas, corroborando para o aumento das lesões por Esforços Repetitivos (LER), Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) e o sofrimento psíquico.

Há, na atualidade, várias doenças associadas ou desencadeadas às atividades docentes que podem se relacionar com as diversas atribuições e/ou exigências impostas à categoria. A compreensão desse quadro exige estudos que envolvem vários campos de conhecimentos e até mesmo pesquisas científicas que ajudem explicar melhor essa relação entre saúde e doenças entre os professores.

Reis (2014) aponta as relações de trabalho e a sua complexidade como um fator importante para compreender a relação saúde doença argumentando que:

Refletir sobre o trabalho e como ele se configura na atualidade nos leva a repensar as relações complexas que hoje são estabelecidas no mundo do trabalho e como elas impactam a vida dos trabalhadores, especialmente quando se trata de saúde. As investigações sobre o campo da saúde dos trabalhadores numa sociedade capitalista demarcam uma luta para reconhecer que o trabalho adoce, mutila e deixa marcas na vida dos sujeitos. De maneira geral, tanto a saúde como a doença fazem parte da vida dos seres humanos. Entretanto, a promoção da saúde não decorre apenas de fatores individuais, mas também da manifestação em dimensão coletiva, o que indica que o trabalho também pode ser um forte concorrente à manifestação de doenças. (REIS, 2014, p. 41).

A saúde, ou melhor, o comprometimento da saúde entendida como a parte mais vulnerável que afeta a vida e a atividade laboral, ainda é uma assunto que precisa ser discutido e enfrentado de modo mais amplo nas relações de trabalho e na sociedade de modo geral, pois a lógica capitalista, fundamentado na produtividade, não admite que o trabalhador possa adoecer e, tão pouco perceber a doença como uma condição inerente ao ser humano.

Ao relacionar o trabalho às relações de saúde e adoecimento, Dejours (1992) afirma que a organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental, enfatizando que a organização do trabalho determina o conteúdo da tarefa através da divisão do trabalho. Acrescenta o autor que o trabalhador não é passivo aos agentes provocadores de doenças, mas sim, tem mecanismos defensivos nesse processo. Logo, as situações de saúde e doenças não são antagônicas na análise da organização do

trabalho, pois os limites entre ambos são delicados e reversíveis e, nas condições de trabalho, o sofrimento físico e psíquico têm importância relevante (DEJOURS, 1992).

São muitos educadores que, depois de anos de trabalho, apresentam patologias que os impedem de continuar em sala de aula. Neste caso, muitos são “jogados” num canto da escola e tratados como invisíveis, sem nenhuma atenção para que possam desenvolver seu processo social produtivo na escola. Cruz (2005) nos esclarece que dificilmente é percebida uma relação entre a saúde do educador com as condições de trabalho oferecidas nas escolas públicas, principalmente.

Esta relação saúde/condições de trabalho/adoecimento não pode ser compreendida apenas pelo o adoecimento psíquico ou físico, mas às condições de saúde impostas pelo seu trabalho. Dificilmente se faz uma associação entre as condições de trabalho exercido em sala de aula com as diversas formas de adoecimento decorrentes deles.

A despeito das questões relacionadas à saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho, Medeiros (2010) coloca que:

Atualmente o tema saúde é também abordado enquanto qualidade de vida e não somente como a ausência do adoecimento, levando em consideração, questões relacionadas ao ambiente físico e relacional onde as atividades humanas se desenvolvem, muito além das questões puramente biológica ou orgânica. (MEDEIROS, 2010, p. 39).

Encarando desta forma, falar em saúde do trabalhador implica falar em qualidade de vida no ambiente de trabalho, englobado aí as condições objetivas de trabalho enquanto componente fundamental para o processo de promoção da saúde para o trabalhador. Reis (2014), a esse respeito esclarece que:

A saúde do trabalhador docente e a relação estabelecida com a escola é um tema complexo, no qual se soma um quadro que vai além do aspecto físico do adoecer. O fato de se observar as transformações de ordem física e psíquica, que interferem na saúde docente, não pode ser interpretado fora de um contexto histórico, político, social e cultural, que de uma forma ou de outra, interfere na dinâmica do trabalho exercido. A história da escola está calcada nas relações estabelecidas com e entre sujeitos, e por ser desta forma comporta conflitos inerentes a ela, que lida com seres humanos. Esses conflitos podem ser definidos pela posição que cada sujeito, seja aluno, docente, família, coordenação, tem na e com a escola. (REIS, 2014, p. 23).

Compreende-se a partir da citação de Reis (2014), que o adoecimento produz impactos, principalmente na vida do professor e que precisa ser considerado a contextualidade

em que o adoecimento ocorreu. Descartar esse profissional ou substituí-lo por outro não resolve a questão. O profissional afastado por motivo de doença, muitas vezes, decorrente do exercício profissional, necessita ser assistido e compreendido, especialmente pelos seus gestores e pares. O conhecimento de uma realidade implica em uma análise histórica, crítica e social, do conjunto das relações que são estabelecidas pelos sujeitos e objetos que ali se encontram, procurando ir além do mundo da aparência e penetrar no mundo do concreto, do real, do significativo.

O estudo da realidade, entendida a partir da lógica da reconstrução histórica, parte do princípio de que a mesma está situada no tempo e espaço, na perspectiva de que o objeto, neste caso o adoecimento docente, constituem-se dentro de uma relação que é processual. Não sendo estanque, por ser dinâmica, não é individual, mas complexa, determinada por amplos contextos, na qual transforma e sofre as transformações dos sujeitos sociais. É preciso considerar o caráter contraditório da relação trabalho e saúde, uma vez que, em determinadas circunstâncias, o que deveria ser prazeroso, passa então, a ser opressor e desgastante física e emocionalmente. Essa realidade deverá ser visto sob o prisma da totalidade, procurando entendê-la em suas múltiplas relações determinados pelos contextos social, econômico, cultural etc. (CIAVATTA, 2001).

### **A readaptação funcional como saída**

Uma vez que o professor tem a sua saúde comprometida, ele precisa, além de procurar tratá-la, recorrer a formas legais que possa ampará-lo em termos assistenciais financeiros e buscar tratamentos médicos adequados. Afastado temporariamente da sala de aula, enfrentará uma longa jornada incluindo: visitas a médicos, realização de exames, juntas médicas e diagnóstico. Esse pode ser um processo longo e doloroso que afetará não somente a saúde física, mas também a saúde psicológica do trabalhador.

Em termos legais, a readaptação profissional é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica. (ART. 24 da LEI FEDERAL 8.112 de 1990). Nesse sentido, a readaptação funcional constitui um direito legitimado que precisa ser respeitado. Quando um profissional é submetido a este processo é preciso

considerar que o trabalho não representa apenas uma das formas para satisfazer as necessidades biológicas para a sustentação da vida, mas, sobretudo, uma satisfação social, de realização humana emitida pela produção de valores e configurações de ideias sobre a sua presença no mundo.

Ainda temos um sistema previdenciário aniquilador que reduz significativamente o poder aquisitivo desses profissionais (LEI nº. 8.213/1991), obrigando-os muitos a permanecer em seu local de trabalho, mesmo sem condições físicas e/ou psicológicas para continuarem.

Para a execução das atividades previstas legalmente, os atendimentos são realizados nas Agências da Previdência Social por uma equipe de reabilitação profissional constituída por médico-perito e orientadores profissionais de nível superior de diversas áreas. A equipe de reabilitação profissional inicialmente avalia o potencial do afastado para o trabalho, detecta as limitações funcionais ou incapacidades, analisa as experiências profissionais anteriores, vínculo empregatício, mercado de trabalho e o nível de escolaridade e outros aspectos relacionados. Além desse papel, é função da equipe acompanhar o programa de formação profissional, articulando com a comunidade visando à reintegração do reabilitado ao mercado de trabalho. Deverá, ainda, fazer o acompanhamento do trabalhador durante seis meses e realizar pesquisas de fixação no mercado de trabalho, além de fornecer prótese e órtese, bem como seu reparo ou substituição, instrumento de auxílio para locomoção, bem como equipamentos necessários à habilitação e reabilitação profissional, transporte urbano e alimentação, ou seja, concessão de recursos materiais. (GBENIN, 2003; SAMPAIO, 2003).

Durante o tempo de afastamento, o segurado recebe o auxílio de acordo com o tipo de afastamento. Esse auxílio, conforme estabelecido no Decreto 3.048/99, é concedido ao trabalhador após a comprovação da incapacidade para o trabalho, detectado no momento da perícia médica. Se a doença tiver nexos reconhecidos com o trabalho, seja acidente de trabalho ou doenças ocupacionais, é concedido o auxílio-doença acidentário; em casos de doenças não relacionadas ao trabalho que incapacitam para a função, é concedido o auxílio-doença previdenciário. Tem direito a esse benefício o segurado que está impedido de trabalhar por mais de 15 dias consecutivos, por motivo de doença ou acidente.

Para trabalhadores com carteira assinada, é de responsabilidade do empregador os custos dos 15 primeiros dias, passando a responsabilidade para a Previdência Social a partir do 16º dia. O contribuinte individual (empresário, profissionais liberais, etc.), durante todo o período da doença ou do acidente, receberá benefício desde que requeira. Para fazer jus ao

recebimento desse benefício, o trabalhador deve contribuir para a Previdência Social por no mínimo doze meses, exceto em casos de comprovação de acidente de trabalho que não tem exigência mínima (BRASIL, 1991). Trata-se de um cálculo que é feito com base nas contribuições para determinar o valor do benefício concedido.

## Conclusões

Em resumo, a mesma lei que assegura ao trabalhador da educação que, quando avaliada sua incapacidade para exercer a função habitual e, havendo a possibilidade de treinamento em nova atividade, o segurado deve permanecer recebendo o auxílio-doença, não cessando o seu benefício até que este seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade. Portanto, na hipótese de não recuperação da capacidade para o trabalho, o benefício poderá se transformar em aposentadoria por invalidez e o segurado geralmente passa a receber um valor correspondente a um percentual significativo, porém não integral, do salário de benefício.

Portanto, submetidos a uma sociedade em que a valorização do capital produtivo se sobrepõe à dimensão do ser, fazendo com que o indivíduo, visto antes, como um potencial no desenvolvimento das habilidades valorizado no mercado do trabalho, passe a condição de readaptado funcional. Esta situação certamente implicará como consequência, em uma exacerbação de seus problemas emocionais ou orgânicos, que foram adquiridos como resultado da profissão exercida.

É possível que políticas públicas mais adequadas e sintonizadas com aspectos da realidade do educador, possam minimizar algumas distorções, quando este trabalhador não se encontrar mais capaz de exercer plenamente seu ofício.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.048**, de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 89, 7 maio 1999\_\_\_\_\_. **Lei Federal Nº 8.112**. Artigo 24 de 11 de dezembro de 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal Nº. 8.213** de 24 de julho 1991.

\_\_\_\_\_. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/1996.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Previdência Social**. Anuário Estatístico da Previdência Social. Suplemento Histórico. 2008.

CIAVATTA, Maria. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CRUZ, R.M.; LEMOS, J.C.; **Atividade Docente, condições de trabalho e processo de saúde**. Revista Motrivência. Ano XVII, nº 24, junho/2005.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez – Oboré, 1992.

ESTEVE, João M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. São Paulo: Editora EDUSC; 1999.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Modernidade\\_e\\_Identidade.html?id=Kvc\\_7BNkGiEC&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Modernidade_e_Identidade.html?id=Kvc_7BNkGiEC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acessado em jan. 2018.

MEDEIROS, Rosana C.F. **Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

MORIN, Edgar. **O método1: A natureza da natureza**. 3ª edição. Portugal: publicações Europa-América, 1997.

PEZZUOL, Maria de Lourde de M. **Identidade e trabalho docente: a situação do professor readaptado em escolas públicas do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Semiótica, Tecnologia de informação e Educação da Universidade Bráz Cubas. Mogi das Cruzes, SP, 2008.

REIS, Maria Izabel A. dos. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém do Pará**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

RODRIGUES, Janete A. **O Mal-estar docente: Trabalho, saúde e educação.** Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. 2009.

SAMPAIO, R.F.; et al. **Análise das aposentadorias por incapacidade permanente entre os trabalhadores da Universidade Federal de Minas Gerais no período de 1966 a 1999.** Revista. Associação Médica Brasileira, v.49, n. 1, p. 60-66, MG 2003.



**Como citar este artigo (Formato ABNT):**

MIGUEL, Joelson Rodrigues; GONZÁLEZ, Daniel González; FARIAS, José Valvernages de. Saúde e Adoecimento: Questões sobre o Trabalhador da Educação. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.45 SUPLEMENTO 1, p. 453-465. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 22/05/2019;  
Aceito 27/05/2019